

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 881.489 - SP (2016/0063981-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : MANOEL ALVES MARTINS
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES E OUTRO(S) -
MS004862
HUMBERTO GOUVEIA - SP121495
LUIZA CAROLEN CAVAGLIERI FACCIN - MS013757
AGRAVADO : ANGELA QUEIROZ NUNES DE PAULA
ADVOGADOS : DOVAIR MANZATTO E OUTRO(S) - SP068673
GUILHERME CARRAMASCHI DE ARAUJO CINTRA -
SP129792
AGRAVADO : ANTONIO NUNES DE PAULA - ESPÓLIO
AGRAVADO : MARLENE QUEIROZ DE PAULA - POR SI E
REPRESENTANDO
ADVOGADO : AUGUSTO CARLOS FERNANDES ALVES E OUTRO(S) -
SP083161

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

“NULIDADE DA COMPRA E VENDA - Fraude a execução reconhecida judicialmente - Trânsito em julgado -Impossibilidade de novo questionamento.

AÇÃO DE EXECUÇÃO - Pagamento da dívida por terceiro - Dação em pagamento - Sub-rogação nos direitos do exequente Possibilidade.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Arguição de omissão na sentença - Falha incorrente - Fundamentação que diz respeito a fato novo - Admissibilidade dos embargos declaratórios -Inteligência do art. 462, do CPC - Caso, entretanto, em que, a apresentação de segundos embargos de declaração se afigura injustificada - Decisão que apreciou os primeiros embargos declaratórios que não é omissa e afastou expressamente o conteúdo da fundamentação do recurso - Hipótese, ademais, na qual, a matéria trazida nos segundos embargos de declaração poderia ter sido levada ao conhecimento do Tribunal por meio da apelação - Recurso que se confirma protelatório - Manutenção da multa, escudada no parágrafo único, do art. 538, do CPC - Recurso desprovido.”

Nas razões do especial, a parte recorrente sustentou violação aos artigos

Superior Tribunal de Justiça

538, 844 e 850 do Código Civil, bem como a existência de dissídio jurisprudencial. Argumentou que os recorridos deram em pagamento bem que não lhes pertencia, visto que não havia decretação de fraude em vigor por ter manejado embargos de terceiro e realizado acordo com o banco. Afirmou que “a ‘ineficácia’ da venda, antes declarada, não mais subsistia - sendo perfeitamente válida a alienação do imóvel e, logo, inexistindo a dita ‘ineficácia’ que sustentou o acordo dos recorridos, a improcedência da ação anulatória e o improvimento da apelação, não possuem qualquer estes qualquer substrato.” Afirmou que a ineficácia provocada pela fraude reconhecida não nulifica a alienação nem retorna o bem ao patrimônio do alienante.

Por fim, alegou negativa de vigência ao artigo 538 do Código de Processo Civil de 1973, em virtude de os embargos não serem protelatórios.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse merece parcial provimento, senão vejamos.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.”

Da análise dos autos, saliento que o ora recorrente não rebateu especificamente os fundamentos despendidos pelo acórdão recorrido, de que, ainda que de forma equivocada, o bem objeto da fraude à execução voltou a integrar o patrimônio dos executados, tendo a referida decisão transitado em julgado, de modo que o recurso especial encontra óbice na Súmula nº 283, do STF.

Confiram trechos pertinentes do acórdão estadual (fls. 522/524 e 526/527 e-STJ):

“Conforme está nos autos, foi reconhecida a ineficácia do negócio realizado entre o apelante, Manoel, o falecido Antônio, e a mulher deste, Marlene, perante o então exequente de dívidas pertinentes aos dois últimos, o Banco Santander, em conformidade com o acórdão de fls. 250/252, este proferido aos 14 de novembro de 2000.

Declarada a fraude, garantiu-se a penhorabilidade do bem objeto do negócio fraudulento, e isto pelo simples fato de que continuou a integrar, nesta perspectiva, no âmbito do processo, o patrimônio dos executados Antônio e Marlene.

Superior Tribunal de Justiça

Destaque-se que do referido acórdão não recorreu o apelante, tendo aquele transitado em julgado, ficando, pois, consolidada tal decisão, a qual, deste modo, não poderia ser, por decisão posterior, alterada naquilo que constituiu o seu dispositivo.

Pois bem.

Mais adiante, os referidos executados realizaram com o Banco Santander acordo para quitação da dívida excutida, na forma do instrumento encartado a fls. 47/51, isto em 18 de dezembro de 2002. Posteriormente, a apelada Ângela, na qualidade de fiadora do antes mencionado acordo, quitou a dívida, nos moldes da petição copiada a fls. 55/57, sucedendo ela o original exequente, sub-rogando-se nos direitos do credor, nos exatos termos do art. 831, caput, do Código Civil.

Nesta nova qualidade, e em razão da sub-rogação aludida, conservou a recorrida Ângela a garantia do crédito, esta revelada na penhora que pesava sobre o imóvel tratado nestes autos. Mais tarde, já em 28 de março de 2006, em consonância com o que se pode ver do teor do termo de audiência de fls. 69, as partes da execução, em outra sede, celebraram acordo e, nesta composição, o imóvel, consistente na “Fazenda Briosos”, foi dado em dação em pagamento da dívida excutida, com mais outro imóvel, pela então exequente, a recorrida Ângela, para pagamento da dívida que estava em execução.

É fato que, em outra execução, também direcionada contra Antônio e Marlene, existia penhora sobre a “Fazenda Briosos”, e que desta pediu levantamento o original exequente, conforme atesta o documento de fls. 74. Todavia, tal levantamento veio a ocorrer, formalmente, apenas com a averbação lançada na matrícula de aludido bem, aos 12 de dezembro de 2006 (fls. 351), o que deixa claro que, em 28 de março de 2006, quando perpetrada a avença de fls. 69, o imóvel em questão estava penhorado e, nesta condição, nada havia que impedisse que a apelada Ângela, na qualidade de credora, pudesse receber tal imóvel em pagamento da dívida executada. Aliás, não o tivesse feito da maneira como externada no termo de audiência comentado, bem poderia tê-lo feito no próprio bojo da execução mediante simples adjudicação, como, igualmente, autorizada por lei.

Não se pode deixar de consignar que, na verdade, questionável era a possibilidade de o original exequente ter se manifestado no sentido de concordar com o levantamento da penhora, uma vez que, na forma da petição de fls. 55/57, a recorrida Ângela, na qualidade de fiadora, quitou o débito existente junto àquele primeiro, e, como já anotado,

Superior Tribunal de Justiça

sub-rogou-se em todos os seus direitos, momento a partir do qual, sem a sua concordância, ato de levantamento de penhora que, até então, consistia apenas em uma pretensão não analisada especificamente nos autos, não poderia ser concretizado.

Terminando, outros acórdãos trazidos aos autos, estes os constantes de fls. 103/111 e 352/359, não podem ser levados em consideração para o presente julgamento, justamente por afrontarem a coisa julgada revelada no acórdão adrede mencionado e constante de fls. 250/252, pois, diferentemente deste último, naqueles primeiros entendeu-se não ter havido alienação do bem mencionado na vestibular em fraude à execução, matéria sobre a qual não mais cabia haver qualquer posicionamento diferente daquele já consolidado em decisão que foi proferida em 14 de dezembro de 2002, regularmente transitada em julgado, apontando para direção diametralmente oposta.”

“Analisando atentamente os autos, verifica-se que assiste razão ao Ilustre Relator, Desembargador João Batista Vilhena, no que se refere à regularidade da dação em pagamento realizada nos autos da execução.

Em que pese o fato de que, em casos de fraude à execução, o imóvel não retorne ao patrimônio do executado, no caso dos autos, ainda que equivocadamente, o imóvel foi mantido no domínio dos executados (fls.206 e 250/252).

Conforme considerou o Douto Relator, da decisão proferida no acórdão de fls. 250/252, não recorreu o apelante, restando precluso o direito de discutir os efeitos da declaração da fraude (no caso, o fato do imóvel ter sido mantido como patrimônio dos executados).

Além disso, quanto à alegação do apelante de que restou reconhecida judicialmente a regularidade da compra do imóvel, corretamente considerou o Nobre Relator, que decisão posterior à do referido acórdão, já transitado em julgado, não pode ser levada em consideração por afronta à coisa julgada.

Por isso, regular a dação em pagamento levada a efeito pelos executados à apelada nos autos da execução.”

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ART. 3º DO DECRETO-LEI 911/1969. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

AO DEVEDOR ACERCA DA MORA. PRECEDENTES. SÚMULA 83 DO STJ. FUNDAMENTO INATACADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a concessão de medida liminar em ação de busca e apreensão decorrente do inadimplemento de contrato com garantia de alienação fiduciária está condicionada à mora do devedor que, nos termos do art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/69, deverá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos a ser entregue no domicílio do devedor, sendo dispensada a sua notificação pessoal. Precedentes desta Corte.

2. A falta de impugnação objetiva e direta ao fundamento central do acórdão recorrido, denota a deficiência da fundamentação recursal que se apegou a considerações secundárias e que de fato não constituíram objeto de decisão pelo Tribunal de origem, a fazer incidir, o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1675490/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

Outrossim, a despeito dos argumentos despendidos, saliento que o dispositivo que determinou que o bem imóvel voltaria a ser de propriedade dos executados transitou em julgado, de modo que o pedido contido no recurso especial é inviável por afrontar a coisa julgada, visto que pretende a alteração de parâmetros que estão acobertados pelo manto da imutabilidade da coisa julgada e não podem ser modificados, sob pena de afronta à segurança jurídica.

Assim sendo, deveria ter o recorrente se valido dos meios processuais adequados e não da presente ação anulatória.

Observe, por outro lado, que as alegações de violação ao artigo 538 do CPC/73 merecem acolhida.

Isso porque verifico que o recorrente opôs embargos declaratórios com fins de prequestionamento, razão pela qual a imposição de multa processual por embargos protelatórios é ilegal, nos termos da Súmula 98, do STJ. Ainda que assim não o fosse, observo que uma das omissões apontadas pelo recorrente, ainda que abarcadas pela

Superior Tribunal de Justiça

coisa julgada, mostra-se tecnicamente adequada.

Nesses termos:

RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA, PROFERIDA EM DEMANDA NA QUAL SE PLEITEAVA A RESTITUIÇÃO DE VALORES DESVIADOS INDEVIDAMENTE PELA INSURGENTE DA EMPRESA ORA RECORRIDA. EMBARGOS DO EXECUTADO - PENHORA - BEM DE FAMÍLIA - EXCEÇÃO DO ART. 3º, INCISO VI, LEI N. 8.009/90 - IMÓVEL ADQUIRIDO COM PRODUTO DE CRIME - EXCEÇÃO À IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA - POSSIBILIDADE. INSURGÊNCIA DA EXECUTADA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

2. Embargos de declaração manifestados com o intento de prequestionar a matéria. Aplicável ao caso o teor da Súmula 98 do STJ: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório"

(...)

4. Recurso especial parcialmente provido, apenas para afastar a multa aplicada com fulcro no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

(REsp 1091236/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 1/2/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTELATÓRIO. SÚMULA N. 98/STJ. BEM DE FAMÍLIA. CARACTERIZAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. APELAÇÃO. PEDIDO DE DISPENSA DE CUSTAS. INDEFERIMENTO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO. DESERÇÃO AFASTADA. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

3. É inviável a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil se os embargos declaratórios foram opostos com o manifesto intento de prequestionar a matéria deduzida no apelo especial, e não com o propósito de procrastinar o feito. Aplicação da Súmula n. 98 do STJ.

(...)

(AgRg no AREsp 595.374/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/8/2015, DJe 1/9/2015)

Em face do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial para afastar a multa aplicada a título de embargos protelatórios.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora